

## **“Faz parte da pena”: a construção do crime/criminologia nas páginas do jornal *O Estado* durante a Era Vargas (1930-1954)**

Dhuna Schwenke Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** As noções sobre criminologia, crime e o papel da Penitenciária na sociedade contemporânea reverberam as balizas construídas na imprensa periódica durante o período de consolidação e modernização da instituição, entre as décadas de 1930 e 1950. O impacto que o jornal *O Estado* teve nas subjetividades florianopolitanas e nos anseios de controle dos corpos de sujeitos que “ameaçavam” a ordem burguesa que se construía, foi significativo no auxílio da consolidação da Penitenciária da Pedra Grande como essencial no projeto de modernização gerido pelo Estado Novo e seus representantes, marcado pela união do autoritarismo e biodeterminismo. Os ideais da criminologia divulgados nas páginas do jornal ofereciam uma mudança de paradigma em que os indivíduos “desviantes” ofereciam uma ameaça por si só, e não somente por sua transgressão legal. Essa imbricação entre o jornal *O Estado* e a Penitenciária tem efeitos no tempo presente, com a perpetuação do estigma desses sujeitos desviantes da norma burguesa, perpassado por questões de raça e classe, de modo a estabelecer os alicerces desta nova cidade. A pesquisa ainda em fase inicial, propõe questionar as narrativas, memórias e esquecimentos, estabelecidas desde o início do século XX a partir das páginas do jornal *O Estado*, tentando compreender a relação entre os anseios das elites e as práticas de controle social vigentes. Para realizar essa discussão irei articular as contribuições de Michel Foucault, Régine Robin, Allister Andrew Dias e Luís Coelho Ferla.

**Palavras-chave:** Imprensa; Criminologia; Penitenciária da Pedra Grande.

### **Introdução**

A evolução da criminologia enquanto um campo de saber específico no início da república brasileira influenciou a forma como o crime era entendido, inferindo na percepção do sujeito criminoso, mas também de indivíduos com potencial de infringir a lei. A perpetuação de umanoção específica sobre criminalidade foi difundida pela imprensa periódica brasileira, adentrando nas subjetividades uma percepção da necessidade de controle de corpos de sujeitos considerados perigosos para a norma burguesa vigente. A pesquisa em curso pretende compreender de que forma o jornal catarinense *O Estado* aciona a criminologia a partir de categorias do campo, enquanto constrói uma visão positivada da Penitenciária Estadual da Pedra Grande durante a Era Vargas (1930-1954).

Compreendendo que o periódico construiu em suas páginas uma visão positivada da Penitenciária, colocando-a como algo necessário e indispensável no projeto de

---

<sup>1</sup>Mestranda em História do Tempo Presente, pelo Programa de Pós-Graduação em História da FAED/UEDESC. Pesquisa realizada com o apoio do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP), desenvolvida na linha “Políticas de Memória e Narrativas Históricas”, com orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Trindade Borges. E-mail: dhunateixeira@gmail.com.

modernização e busca por uma *civilidade*, no controle dos *degenerados* que ameaçavam a ordem da família burguesa florianopolitana. Ângela Davis (2020) aponta que a naturalização da instituição é tanta, que é tida como algo inevitável como a morte ou o nascimento, é tida como algo normal, inserido no imaginário social, um lugar destinado a *malfeitores*, que nesse imaginário seriam pessoas racializadas.

### **A criminologia enquanto campo de saber**

Alvarez (2002) aponta que a intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do XX ainda não tinha sido institucionalizada, aderindo de diferentes vertentes estrangeiras, principalmente europeias, como o positivismo, evolucionismo, teorias raciais e científicas. Dentre essas, a criminologia<sup>2</sup> se constituiu como um saber que ansiava em conhecer a natureza do crime e do criminoso, a partir de pretensões de estatuto de ciência queriam interferir na vida social. Entre as elites, havia a preocupação de delinear sua população ideal e as formas de construção de nação, onde criminologia é tida como uma possível resposta.

Por mais que as teorias representadas principalmente pelo italiano Cesare Lombroso (1835-1909) fossem criticadas pelos seus contemporâneos europeus, ganham espaço na América Latina. É vista com bons olhos pelas elites locais que se inquietavam diante da formação de massas urbanas no pós-abolição, enxergam nesse campo uma forma aplicar o controle social e estabelecer diferentes critérios de cidadania, ao hierarquizar, classificar e qualificar a população (ALVAREZ, 2002). Seria um processo de adequação das teorias lombrosianas aos contextos nacionais, locais, específicos. No Brasil a presença da população negra era vista como ponto central de *atraso* da inserção do país no progresso internacional (SANSONE, 2022), e a criminologia seria capaz de oferecer um diagnóstico social e as soluções de problemas da realidade nacional, principalmente o crime, mas também todos aqueles que desviassem da norma (DIAS, 2021).

Um saber *normalizador* que ao mesmo tempo reflete sobre a sociedade, busca aparatos de controle social. Seria um bio-poder, em que as relações de poder atravessam o corpo, uma forma de normalizar e disciplinar corpos para que se tornassem seres produtivos,

---

<sup>2</sup>Neste ponto o autor delimita que utilizará o termo “criminologia” como um termo genérico, já que era comumente usado como sinônimo de “antropologia criminal” e variações, faz essa escolha por ser um saber normalizador mais amplo, levando em conta fatores sociais, enquanto que antropologia criminal seria algo mais estritamente lombrosiano e biodeterminista. Escolhi seguir essa perspectiva, me referindo somente por criminologia.

já que o “corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1999, p. 29). Num sentido que não há relação de poder sem a construção de saberes específicos, a criminologia construiu um próprio sobre aqueles que desviam das normas almejadas, um saber que foi colocado em prática na realidade concreta de muitos indivíduos.

Mais especificamente sobre as ideias difundidas por Lombroso, é a partir da criminologia que as práticas de controle social expandem, já que o desvio da norma social tem mais destaque que as violações penais. Dá bases para a consolidação de novas práticas e saberes normalizadores, pois nessa doutrina o criminoso teria uma determinação biológica, ou seja, o crime poderia ser passado hereditariamente. O que implica que havia grupos de pessoas, com características físicas específicas ou que estivessem inseridas num contexto social, que instigaria o desvio da norma e da lei.

Com a chegada ao poder de Getúlio Vargas em 1930, começa a se delimitar uma articulação entre noções antiliberais autoritárias e uma sociedade moderna baseada na ciência (FERLA, 2005). Um vínculo entre biodeterminismo e autoritarismo para que se alcançasse o tão almejado controle social. A criminologia tem como principal função a oferta de ferramentas de controle social, em que os indivíduos seriam punidos não só por suas transgressões legais, ou seja, são seria mais sobre “[...] o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser” (FOUCAULT, 1999, p. 22). A criação de um inimigo interno, de um indivíduo/grupo que desvie das normas sociais vigentes nesse contexto histórico, oferece uma unidade em torno do nacional, um nacional excluyente diga-se de passagem. Ênfase que essa ideia de *desviantes*, de ameaça à ordem social, se faz ainda latente no tempo presente. Tal construção de inimigos internos, e o próprio discurso da criminologia, são passados que não passam (ROUSSO, 2016), um passado que assombra o presente, no sentido de que os efeitos desse momento reverberam nas subjetividades e saberes contemporâneos, já que aproximadamente 63% da população carcerária do país é composta por pessoas negras<sup>3</sup>. Dados como esse, podem abrir discussões sobre se o encarceramento brasileiro possui cor, como já dito é esse processo de naturalização da prisão na sociedade, e da noção de quem deve ocupar esse lugar impregnado no imaginário social.

---

<sup>3</sup>Dado retirado do Conselho Nacional de Justiça em 2020 (ANDRADE, 2020).



O regime varguista tinha a ambição de instaurar uma “nova” ordem, com reformas nas esferas sociais, políticas e administrativas do país. Maria Helena Capelato (2019) afirma que esse período é marcado pela consolidação de uma política de massas, em que a questão social está em pauta, era o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Um aspecto essencial do governo de Vargas é a ênfase que não haveria mais intermediários entre Estado e população, para isso não deveriam existir mais partidos e os métodos de comunicação se adequaram. Esse contato direto se daria numa sociedade idealmente homogênea, uma narrativa de um país harmônico, unido em prol de uma identidade nacional unificada, e nesse sentido Santa Catarina ganha destaque. Havia um desejo, um sonho, entre as elites locais em se adequar aos moldes modernos do Rio de Janeiro, assim o público e o privado se entrelaçam para dar início a reformas urbanas, com novos hábitos e modos de se viver, e de se entender o que seria civilizado e novo (Lohn, 2016). A partir da figura de Nereu Ramos, Vargas materializou seu projeto de construção de uma nação unificada e homogênea, o estado catarinense ganha especial atenção por apresentar um quadro heterogêneo de sua população, com uma diversidade étnica muito grande.

Deste modo, foi justamente o estabelecimento de uma nova ordem, que se chocou com a realidade concreta da pluralidade do Estado. A emergência de uma racionalidade que estava “sendo afirmada no gerenciamento da sociedade, passando pelo aperfeiçoamento de instrumentos de controle com propagação por todos os meios, tempos e espaços” (CAMPOS, 1999, p.49). Dentre as reformas e inaugurações ligadas a esse projeto e realizadas ao longo da primeira metade do século XX, podem ser citadas a Penitenciária da Pedra Grande (1930), a Colônia Santana (1942), o Abrigo de Menores da Congregação dos Maristas (1940), entre outras. A criação de determinados espaços para abrigar determinadas camadas da população, as ditas *classes perigosas*.

Diante desse contexto de transformações sociais que ocorreram nas décadas iniciais do século XX, Poyer (2000) propõe que a inauguração da Penitenciária da Pedra Grande, e posteriormente sua reforma física e administrativa em 1935, façam parte de um projeto de adequação de Florianópolis nos moldes modernos. Esse momento é marcado pela reinvenção de práticas e ideologias que legitimam o poder de uma elite e conseqüentemente o controle de uma sociedade hierarquizada.

Desde a década de 1920, os jornais de Desterro/Florianópolis traziam em suas páginas preocupação com a *ameaça* que as *classes perigosas* traziam para a cidade e seu projeto de



urbanização e modernização. Essas transformações na cidade acarretavam questões particulares das elites locais, mas sem se desgarrar no contexto nacional, como o desejo de transformar a urbe num local higienizado, de uma imagem de cidade limpa, moderna, civilizada para aqueles que visitassem a Ilha (POYER, 2000).

### **“Faz parte da pena”: imprensa e criminologia**

O último a ser ouvido, um jovem moreno e forte, de nível mental superior dos outros, adiantou-se e declarou, sem rodeios, que não tinha queixa a fazer. E, ante do espanto geral, explicou: ‘Não tenho queixa, senhor diretor, porque acho que tolerar esse doutor faz parte da pena...’<sup>4</sup>.

No trecho publicado pelo jornal *O Estado*, é possível ver a fala de um sentenciado, que tem o seu discurso de certa forma justificado por ter um “nível mental superior”, acredito ser interessante apresentar esse relato para elucidar de que forma que é construída uma narrativa, primeiro sobre o fato do “jovem moreno e forte” ter esse diferencial intelectual, uma referência clara as ideias de Lombroso, de uma hierarquização dos indivíduos criminosos. E segundo, de como trazem ao final da nota essa fala de um sentenciado que acha que “faz parte da pena” não ter atendimento médico de qualidade dentro da instituição. Uma noção que vemos reverberações no tempo presente, de que seria natural e até desejado que pessoas institucionalizadas devem sofrer dentro das grades, que não precisam ter seus Direitos Humanos respeitados, pois devem pagar pelas suas ações da pior maneira possível. A questão racial se faz presente, pois uma forma de legitimar a sua fala é dizer que apesar de ser “moreno”, ele é forte e tem um “nível mental superior”, e por isso seu discurso seria mais válido do que os demais presos, que estavam se revoltando pelas suas condições. Lidar com esse tipo de fonte possibilita enxergar vislumbres desses discursos, um potencial que a pesquisa ainda incipiente pode alcançar.

Seguir o caminho trilhado pelo jornal *O Estado*, é enxergar de que forma que o público e o privado se cruzam (MATA, 1996), no sentido em que é possível ver em suas páginas um espaço em que a elite local letrada buscava para realizar seus interesses e divulgar suas preocupações. É fundado em 1915 por Henrique Rupp Júnior, um dos fundadores da

---

<sup>4</sup>*O Estado*. Florianópolis. n. 11.145, ,31 mai. 1951, p.8. Trecho retirado de uma fala que o então governador Nereu Ramos realizou com os deputados, na matéria é relatado que o político tentou desviar de um assunto “espinhoso” na reunião relatando de que forma que o diretor da penitenciária lidou com uma revolta dos presos contra os maus tratos que recebiam do médico, que o acusavam de negar remédios e consultas.

Aliança Liberal em Santa Catarina, e Ulysses Costa, que atuou como Chefe de Polícia durante o governo de Felipe Schmidt. Já em sua criação se tem o entrelaçamento entre essas esferas, pois duas figuras públicas atuantes se fizeram presentes nesse momento. Segundo a autora, o periódico emerge inicialmente como um jornal diário, mas vai aos poucos se modernizando tecnicamente e ideologicamente, acompanhando as transformações que o país e o estado passavam. Nos anos iniciais do periódico a direção passou por alguns nomes, e sua linha editorial foi adaptada segundo a tendência política de quem estava à frente dele. Sua materialidade já no início, em relação aos demais periódicos no momento, apresentava uma estrutura de impressão e publicação moderna, e ao longo de sua trajetória foi se adaptando às inovações do mercado.

Por mais que se classificasse como um jornal imparcial, através de suas linhas opinava sobre a cidade e o estado, tendo hora uma posição governista, hora uma posição contrária, mantendo o caráter fiscalista da época (MATA, 1996). Não é raro encontrar nele a exaltação de *heróis* nacionais e regionais, figuras selecionadas de forma cautelosa, para que os interesses da classe dirigente fossem valorizados. Concomitantemente criavam imagens degeneradas, que ofereciam ameaças para a ordem vigente. Foi um dos jornais florianopolitanos que mais interveio no cotidiano da cidade. Tinha a característica de ser fiscalista, seguindo a tendência de outros jornais da época.

O Estado se constituiu como um formador de opinião pública, trazendo preceitos morais e discussões político-partidárias. Atuou como instrumento educativo, divulgando preceitos de “civilidade” e “moralidade” (MATA, 1996). Com suas notícias almejava se aproximar ao máximo da realidade da cidade, de seu cotidiano, desejando interferir nessa sociedade que se construía. Era um esforço de moralização da cidade, de disciplinarização daqueles *desviantes* da norma burguesa, higienizada, moderna, nova.

A utilização de jornais como fonte histórica possibilita a ampliação de temáticas e metodologia do campo (LUCA, 2008). Não é possível utilizar tal fonte sem levar em consideração seu contexto de circulação, as relações políticas e sociais, não se deve ter um olhar fragmentado no fazer histórico. Ter a imprensa periódica enquanto objeto de estudo pode ser justificado pela maneira que infere sobre a sociedade em seu contexto, transmitindo ideais de grupos específicos que se entrelaçam politicamente e economicamente. Se faz necessário a atenção para as escolhas feitas pelas redações, há uma intencionalidade em cada ação, desde os títulos, onde a notícia se posiciona, as fotos e ilustrações, enfim, a



materialidade e organização interna do jornal pode dizer muito sobre as intenções do que se pretende captar a atenção do leitor.

Existe uma relação entre o público e o jornal, uma crescente no noticiamento dos congressos da criminologia e penitenciários, debates, visitas de especialistas na Penitenciária, crimes pequenos, o cotidiano carcerário, pode demonstrar que o público já tinha uma predisposição a se interessar por tais assuntos. Pesquisas que geram uma “hipótese do agenda-setting”, elaboradas inicialmente na Universidade da Carolina do Norte em 1968, por Maxwell McCombs e Don Shaw, propõe que

em consequência da ação dos jornais, televisão e outros meios, o público sabe ou ignora, presta atenção ou se desliga, dá importância ou negligência assuntos e cenários públicos. Ou seja, os *mass media* não moldam as opiniões das pessoas sobre os assuntos, mas influem nos assuntos sobre os quais as pessoas se dedicam a prestar atenção e formar opinião (McCombs, 2007). Segundo essa perspectiva, o noticiário nos jornais, televisões e rádio “agendam” o público e, fazendo isso, contribuem para “agendar” as políticas públicas e os governantes, que se veem pressionados pela opinião pública e pela mídia (RAMOS, p. 231, 2014).

Ou seja, a mídia por mais que não gere uma transformação imediata do modo de pensar, vai estar inserida num processo de lenta construção de “visão de mundo”. Vai influir na forma com que a sociedade organiza suas ideias e direciona sua atenção (RAMOS, 2014). Há uma intencionalidade na escolha das notícias que *O Estado* constrói suas edições, e ao longo da minha pesquisa pretendo identificar algumas possibilidades das intencionalidades por trás das notícias selecionadas no período entre 1930 e 1954. Um outro aspecto que esse foco na criminalidade, pode ter como consequência o aumento do medo da população, ela pode até aceitar abrir mão de alguns direitos civis em nome da “segurança”, ou até mesmo consentir com o encarceramento massivo da população. São acendidos pânico morais, de que é preciso prender mais, ou até mesmo que as pessoas encarceradas não merecem ter seus direitos humanos respeitados, que seria parte da pena desses indivíduos.

O público que consome tais mídias, não faz isso de forma totalmente passiva, é um grupo extremamente heterogêneo e que tende a se interessar e dar credibilidade a mensagens que sejam equivalentes a noções pré-elaboradas em seus contextos sociais, políticos, econômicos, raciais, etc. Ou seja, acredito que por mais que o jornal *O Estado* traga “novidades” do campo da criminologia, são conceitos comumente usados como “vagabundagem” ou “gatunagem” que já circulavam na sociedade catarinense da primeira

metade do século XX. Teóricos do modelo de análise semiótico textual caracterizam que tanto o receptor (público) como o emissor (jornal *O Estado*) necessitam compartilhar códigos e subcódigos para que a mensagem que querem emitir tenha o alcance necessário. (RAMOS, 2014).

A partir dos discursos elaborados pela mídia sobre a temática da criminalidade se tem uma possibilidade de apreensão da realidade (DIAS, 2020). Ao longo de suas edições se faz possível ver uma constante na redação tanto de crimes pequenos, como os debates da época sobre as inovações na área da criminologia, o que possibilita enxergar uma “uma cultura em que os crimes são parte do cotidiano urbano e das sensibilidades correlativas” (DIAS, 2020, p. 317). O autor conta que nas primeiras décadas do século XX, a criminalidade vai ganhando cada vez mais espaço dentro das páginas dos jornais periódicos, podendo ser pelo motivo de aglutinar o real e o irreal, colocando em xeque valores morais que circulavam na sociedade.

Num levantamento prévio da fonte, disponível de forma *online* na plataforma da Hemeroteca Digital Catarinense, consegui identificar o uso de categorias como “degenerado”, “Lombroso”, “Medicina Legal”, “Penitenciária”, dentre outras dentro do léxico da criminologia. O que demonstra a circulação dessas teorias, mesmo que de forma diluída nas páginas do jornal *O Estado*, que serão esmiuçadas por mim no decorrer da pesquisa. Mas diante do que foi abordado ao longo do texto se fez presente nesse anseio das elites a interferência na reformulação da sociedade na primeira metade do século XX.

### **Considerações finais**

Em guisa de conclusão, a sociedade num processo de tentativa de apagar um passado a partir de silêncios e tabus, não de forma legalizada ou institucionalizada, mas um silêncio que permeia o tecido social, de agir como se o processo de urbanização de Florianópolis não tenha sido segregador e violento (ROBIN, 2016). Mexer nessa memória a partir do jornal *O Estado* é um trabalho que deve ser feito com cuidado, levando em consideração as especificidades da época, sem deixar de considerar as reverberações no presente da propagação do discurso criminológico em suas páginas e no imaginário popular.

Por mais que nos Códigos Penais a criminologia não tenha sido institucionalizada, sua materialidade se faz presente nas reformas legais e institucionais que ocorreram no final do século XIX e a primeira metade do XX. Além disso, de acordo com Alvarez (2002), as ideias lombrosianas sobre o criminoso inato continuam a influenciar os tribunais, as ações policiais,





os discursos midiáticos no contexto atual do país, com efeitos concretos e duradouros nos debates sobre criminalidade. Por mais que na lei exista a premissa de igualdade, se tem uma cultura de diferentes critérios discriminatórios de cidadania.

Minha pesquisa está inserida numa lacuna, tanto por seu recorte temporal, da década de 1930 a 1950, como temático, ao investigar a presença dos discursos da criminologia na imprensa catarinense. É relevante considerar a construção de uma memória sobre a cidade e os discursos que emergem sobre, pois isso permite compreender como Florianópolis se relaciona com seu passado desafiador, caracterizado pelo estabelecimento de hierarquias sociais e raciais consolidadas no início da República. Este passado tem impactos concretos e atuais, refletidos na segregação espacial e social, e está ligado à noção de que nossa relação com o passado influencia diretamente nossa vivência do presente. Isso se evidencia na glorificação de sujeitos vinculados a famílias oligárquicas e na criminalização da pobreza.

## Referências

ALVAREZ, M. C. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 4, p. 677–704, 2002.

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, pp. 677 a 704

ANDRADE, Paula. O encarceramento tem cor, diz especialista. **CNJ: Conselho Nacional de Justiça**. 09 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/>. Acesso em: 20 mar. 2023

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** : segunda república (1930-1945). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 51-65.

CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. **Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** 6. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. Justino Carlo, el Carleto: Crimen y Psiquiatría en Rio de Janeiro de Primeira República. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 2, p. 316-341, 2020.

DIAS, A. T. Da crítica social à biotipologia: contribuições para uma história da criminologia no Rio de Janeiro da década de 1930. **Anos 90**, v. 28, p. 1–14, 2021.

FERLA, L. A. C. **Feios, sujos e malvados sob medida: Do crime ao trabalho, a utopia médica do determinismo em São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANSONE, L. Lombrosiani e lombrosianismi in Brasile. Journal of the italian society of cultural anthropology. **ANUAC**, p. 87–109, 2022.

LOHN, R. L. **Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Insular, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 111-153.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

**O ESTADO**. Florianópolis. n. 11.145, 31 maio 1951, p.8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1951/EST195111145.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023

POYER, Viviani. **Penitenciária da Pedra Grande: estudo da instituição entre 1935-1945**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

RAMOS, Sílvia. Violência, crime e mídia. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Brasil Crime, polícia e justiça: Problemas sociais**. Editora Contexto. São Paulo. 2014. p. 227 - 241.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Editora Unicamp, 2016.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Editora FGV, 2016.